

Daniel Calderon: À espera da famosa reforma tributária

2020. No ano mais atípico de nossas vidas, esperamos, por fim, que a reforma tributária seja destravada no Congresso Nacional. De acordo com informações veiculadas na mídia, integrantes do Ministério da Economia terminaram a elaboração da segunda fase do texto que propõe uma série de mudanças no sistema tributário. Agora vamos em frente?



Você, eu e todos os brasileiros acostumados às torturas

burocráticas e da carga tributária de nosso país nos deparamos desde pelo menos o início desse século com a notícia de que a reforma irá finalmente sair do papel e nos brindar com um sistema mais justo e equilibrado. E, sempre com novos entraves políticos e econômicos, parece que nunca acharemos um caminho adequado.

Importante lembrar que a nossa base do sistema tributário é a mesma desde a década de 1960, época do Código Tributário Nacional. Defasado, distorcido e antiquado. Desde então, esbarramos em resistências de governos, lobbys, interesses das atividades econômicas, sindicatos, partidos políticos, crescentes benefícios fiscais, exceções tributárias, a criação de mais autonomia dos estados e municípios, enfim, um grande número de obstáculos para a reforma. Enquanto criamos obstáculos, grande parte dos países desenvolvidos modernizou não só a forma de tributação, mas a maneira como lida com as matrizes tributárias e com o avanço da capacidade tecnológica de cobrar e fiscalizar os tributos.

Como podemos, por exemplo, discutir como tributar um *software*, um *coworking*, energia solar, uma indústria de drones, um serviço de transporte ou de hospedagem por aplicativo, se não conseguimos sequer uma simples unificação do PIS e da Cofins que nos leve basicamente a uma mesma base de cálculo?

É cristalino que precisamos de uma ampla reforma tributária, ambientada e correspondente ao mundo atual. Uma reforma segura e eficiente, com poucas exceções e benefícios, que acompanhe a modernidade tecnológica e que não atrapalhe o ambiente de negócios.

Não existe sistema tributário no mundo que seja perfeito, mas o nosso está muito longe de ser, no mínimo, bom. Temos opiniões distintas dos especialistas em relação a qual melhor maneira de se arrecadar e tributar o consumo, a renda, o patrimônio. Cada qual com suas razões e análises críticas, mas com uma coisa todos concordamos: é necessário readequar e, por assim dizer, adaptar o sistema à



realidade econômica e social. Não é fazer justiça social com os tributos, mas, sim, conciliar a carga tributária a ser mais condizente com quem ganha e consome mais. Equilíbrio é difícil, mas dá para fazer e melhorar muito.

Vamos ser realistas e objetivos, pensar que não agradaremos a todos e, ao longo do caminho, aparar as dificuldades, os erros, que com certeza serão cometidos, e achar de uma vez saídas para destravar essa longa tortura.

Aprendi, agora falo como contador, que devemos nos preocupar muito mais em detalhar as despesas do que em dificultar o faturamento. Olhe para qualquer balanço de empresa, a demonstração de resultado tem uma riqueza em detalhes nas despesas, nas notas explicativas dos gastos, como a empresa utilizou seus recursos, onde aplicou, suas práticas de custos etc. Olhe para a mesma demonstração em relação às receitas. Simples e objetiva.

Agora, traga isso ao mundo tributário. Arrecadação clara e unificada. O problema do nosso país não está na receita, mas, sim, na máquina administrativa e de gastos públicos. Aqui falo de maneira abrangente. O detalhe, as exceções, os benefícios e os controles estão na despesa!

A reforma, portanto, deve começar pela junção e simplificação dos impostos, com uma arrecadação mais coerente, eficiente e literal, além de tributar uma parcela maior da renda de acordo com a capacidade de cada contribuinte e das empresas e, fundamentalmente, desonerar a folha de pagamento. Esse seja talvez o início de tudo. Redistribuição da carga tributária, e vou aqui chamar de uma redemocratização de nosso sistema tributário, mas, a princípio, tentando manter o mesmo nível de arrecadação atual.

A reforma tributária não deve começar com a preocupação de aumentar ou diminuir a carga.

Atualmente, ela representa um terço do PIB. É pesado, sem dúvida. Porém, com um Estado que gasta como o nosso, mais à frente, com uma ampla reforma administrativa e com o Estado mais enxuto e eficiente, poderemos pensar no compasso da redução de impostos que todos gostaríamos de ter. É obrigatória a celeridade de todos que têm o instrumento para fazer essa reforma acontecer, o que esperamos desde a geração de nossos avós.

Date Created

23/09/2020